

ENTRE RIOS E TERRITÓRIOS: A CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE NA AMAZÔNIA

Glicia Juliane Cunha Barroso¹
Geise do Socorro Lima Gomes²

RESUMO

As problematizações que recaem sobre as conceituações de territorialização e desterritorialização abrem margem para uma ampla interpretação. Compreender-se como ser humano que faz parte do espaço geográfico, bem como enxergar-se dentro do espaço amazônico e ver-se como ser que compõe a Amazônia, e que representa também suas mudanças não só em questões estruturais, mas territoriais, é algo que demanda aprofundamento e busca sobre como essas mudanças afetam as relações entre espaço, território, poder e subjetividade. O território Amazônico é uma constituição rica e almejada, contudo, estamos a falar de um espaço que também é moradia, habitação para povos originários e ao mesmo tempo objeto de exploração. Viver na Amazônia é fazer parte de seu constructo cultural. Dentro desse território, os recursos hídricos constituem-se elementos essenciais, o que nos dá margens para pensar a importância da educação ambiental nas escolas conectando esses elementos. O presente trabalho é fruto de pesquisa de iniciação científica em andamento que tem como questão problematizadora: Como a relação com os rios, mares e águas pode influenciar as experiências educacionais e subjetivas? Logo, o objetivo do trabalho é examinar como as águas em territórios amazônicos impactam os processos de subjetivação de educadores e estudantes na região do Salgado no nordeste paraense. O referencial teórico encontra-se em Michel Foucault, Tomaz Tadeu da Silva, Gilles Deleuze, Félix Guattari, Silvio Gallo. As fontes secundárias que também embasam este estudo, provêm de artigos e teses disponíveis nas bases de dados Scielo, Cnpq, Google Acadêmico, Capes. O território está em constante mudança, afetado pelo tempo, pela ação humana, e diversas situações que de forma geral impactam a visão que o ser humano tem de si mesmo. Desse modo, essa investigação, busca uma análise sobre como ocorrem a construção desse processo, e a relação que existe entre território e desterritorialização e a subjetividade.

Palavras-chave: Território, Desterritorialização, Educação, Subjetividade

INTRODUÇÃO

O território Amazônico é uma constituição natural rica e almejada, contudo, estamos a falar de um espaço que também é moradia, habitação para povos originários e ao mesmo tempo objeto de exploração. Viver na Amazônia é fazer parte de seu constructo cultural, lutar pela sua preservação. Para Carvalho e Silva:

A Amazônia se configura como cenário de grande biodiversidade e nos remete a um imaginário de amplitude, exuberância, imensidão. É esta imagem que se transfigura em realidade quando são percorridos os seus inúmeros rios, igarapés, lagos e furos.

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Pará- UFPA juliapedcello@gmail.com

² Professora Orientadora, doutora em Educação, Faculdade de Pedagogia da Universidade Federal do Pará - UFPA, geisegomesufpa@gmail.com;

Porém, até mesmo quem é nascido nessa região não conhece sua totalidade, tamanha sua extensão e riqueza. Ainda tem muito de desconhecido na Amazônia (Carvalho; Silva, 2020, p. 55).

Mundialmente a Amazônia é reconhecida por possuir a maior concentração de água doce do planeta, portanto, como fonte de vida, muitas vezes esta mesma água é tida como um “recurso”, porque gera economia (Pirolí, 2022). Este tipo de concepção levou a sociedade de forma geral, a acostumar-se com a presença dos recursos naturais, de forma a tê-los para momentos de lazer, ou a enxergá-los como parte de uma paisagem, mas sem se ater sobre a importância de se cuidar e preservar estes “recursos”, ou ainda como estes impactam os processos que ocorrem em suas vidas. A água na Amazônia desenha um território ao mesmo tempo que o constitui e está em constante relação com as pessoas que ali coabitam.

Vale bem lembrar que a Amazônia, também não é homogênea, são muitas “amazônias”, que nos mostram desde espaços praticamente inexplorados, quanto, lugares em transição de preservação, e lugares cuja exploração evidencia o que podemos chamar de má gestão dos recursos naturais presentes na natureza. Tal uso, frequentemente motivado pela busca exclusiva do lucro, negligencia a gestão responsável dos recursos. Isso impede investimentos eficazes em políticas públicas de preservação e a consequente melhoria da qualidade de vida social.

Essa problemática tem ganhado repercussão todas as vezes que cientistas no mundo inteiro apontam as consequências dessa má gestão para nossas vidas. E frequentemente se pensa no campo educacional como um lugar estratégico para se implementar formas de garantir mudanças nos hábitos das pessoas a fim de melhor preservar nosso meio ambiente. São elaboradas desde fóruns de discussão, medidas que visam acordos internacionais de gestão dos riscos, leis de proteção ambiental, políticas curriculares etc. No entanto, esse emaranhado de estratégias não tem conseguido alcançar os objetivos propostos. O que nos faz pensar que é preciso problematizar a relação que temos com esses territórios.

A fim de lidarmos com a noção de território em uma esfera mais focada na ideia de movimento e criação, optamos por trabalhar com os conceitos de “território” e “desterritorialização” de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995). Para esses autores, a desterritorialização não se limita a movimentos físicos, abrangendo também aspectos não físicos. A título de exemplo, o ato de viajar para outro estado pode implicar um processo de desvinculação das referências habituais e de renegociação da própria identidade, permanecendo a pessoa a lidar, primordialmente com suas memórias afetivas em um novo espaço.

No entanto, é crucial compreender que a desterritorialização é um movimento contínuo e que sua quebra de limites e fronteiras é, simultaneamente, um processo de criação de novos

territórios (o que para Deleuze e Guattari pode ser entendido como reterritorialização). Essa concepção de território e suas dinâmicas, porém, difere em parte da de Michel Foucault, para quem o território está intrinsicamente ligado à produção e ao exercício de poder.

Para Michel Foucault (1979, p. 89) “Território é sem dúvida uma noção geográfica, mas é antes de tudo uma noção jurídico-política: aquilo que é controlado por um certo tipo de poder.” Nessa perspectiva, podemos pensar a escola tanto como território do cuidado, como também em pessoas como territórios explorados, e a partir daí analisar relações de saber-poder.

Tendo como fundamentação teórica os autores citados o presente trabalho é fruto de pesquisa de iniciação científica em andamento que tem como questão problematizadora: Como a relação com os rios, mares e águas pode influenciar as experiências educacionais e subjetivas? Logo, o objetivo do trabalho é examinar como as águas em territórios amazônicos impactam os processos de subjetivação de educadores e estudantes na região do Salgado no nordeste paraense. O que será apresentado ao longo deste texto é o debate teórico que foi sendo tecido a fim de subsidiar a pesquisa empírica que se dará na segunda etapa da pesquisa.

METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa de natureza bibliográfica, voltada à análise dos principais operadores conceituais que ajudam a compreender o tema em exposição. Conforme Gil (2008), Lakatos e Marconi (2003) e Severino (2007), a pesquisa bibliográfica consiste na análise de materiais já publicados, como artigos e documentos oficiais, com o objetivo de fundamentar teórica e metodologicamente a investigação científica. Essa abordagem permite o aprofundamento crítico a partir da revisão da literatura especializada, sendo especialmente adequada para estudos que buscam compreender fenômenos educacionais complexos e interdisciplinares. O resultado dessa pesquisa permitiu organizar o debate teórico que se segue em que a busca de materiais se centrou na melhor descrição dos conceitos de território, desterritorialização, poder, subjetividade e verdade, cuidado de si e heterotopias a fim de pensar a escola como um território de movimentação e criação.

REFERENCIAL TEÓRICO

Território, desterritorialização e poder

Os conceitos de território e desterritorialização são frequentemente vinculados à geografia, associados a noção de espaço e visto de uma perspectiva literal e palpável. Como pensar o ser humano enquanto território? e como concebê-lo desterritorializado?

Na obra *Mil Platôs*, território e desterritorialização, bem como o conceito de rizoma, são temas centrais abordados por Deleuze e Guattari. Suas abordagens envolvem um intenso diálogo geográfico e filosófico, constituindo perspectivas conceituais amplas e interconectadas. A exemplo, temos o uso do termo "rizoma". Diferentemente dos modelos de pensamento arborescentes (baseados na raiz, hierárquicos e centrados na unidade), o rizoma – que na botânica se refere a um tipo de caule subterrâneo que cresce horizontalmente, sem um ponto central, com múltiplas conexões e capaz de ser rompido em um ponto sem ser destruído – é empregado como um modelo descritivo e epistemológico da multiplicidade e da anti-hierarquia.

O rizoma é a própria multiplicidade que se define por conexões heterogêneas e linhas de fuga, rejeitando a ideia de uma origem única ou de uma estrutura vertical rígida para o pensamento, a linguagem e, por extensão, a organização social. O crescimento de árvores e o modelo radicular são, na verdade, os modelos que Deleuze e Guattari criticam e opõem ao rizoma. Haesbaert e Bruce asseveram:

O rizoma é uma proposta de construção do pensamento onde os conceitos não estão hierarquizados e não partem de um ponto central, de um centro de poder ou de referência aos quais os outros conceitos devem se remeter. O rizoma funciona através de encontros e agenciamentos, de uma verdadeira cartografia das multiplicidades. O rizoma é a cartografia das multiplicidades (Haesbaert; Bruce, 2002, p.4).

Deleuze e Guattari, ao desenvolverem o conceito de multiplicidade (e o rizoma), afirmam que ela se define em sua abertura: “As multiplicidades se definem pelo fora: pela linha abstrata, linha de fuga ou de desterritorialização” (1995, p. 15). Essa concepção de multiplicidade, que é a própria realidade e não se submete a uma unidade central, é reforçada por autores como Haesbaert, para quem: “As multiplicidades constituem a própria realidade, propondo assim superar as dicotomias entre consciente e inconsciente, natureza e história, corpo e alma” (2011, p. 193), ecoando a crítica deleuze-guattariana às dicotomias e estruturas arborescentes.

É a partir desta perspectiva teórica, que compreende a realidade como multiplicidade e fluxo (linha de fuga/desterritorialização), que nos direcionamos para a definição de território. O território, neste contexto, não é um dado estático, mas sim um agenciamento dinâmico que está em constante processo. Ele é afetado pelas modificações do tempo e pelas ações de outrem,

e sua própria existência implica a necessidade contínua de movimentos de desterritorialização (o ato de sair, a abertura a novas possibilidades) e reterritorialização (a formação de novos territórios). Sobre isso Guattari e Rolnik pontuam:

A noção de território aqui é entendida num sentido mais amplo, que ultrapassa o uso que fazem dele a etologia e a enologia. Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes a aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio da qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos (Guattari; Rolnik, 1996, p. 323).

O território, na perspectiva de Deleuze e Guattari, não é um mero local estático, mas um ato que organiza e afeta o ambiente. Como definem os autores: “O território é de fato um ato, que afeta os meios e os ritmos, que os ‘territorializa’. O território é o produto de uma desterritorialização dos meios e dos ritmos” (1995, p. 386). Essa concepção processual e dinâmica do território permite analisar as ações e decisões humanas que, ao produzirem uma ordenação, geram mudanças.

Essa dinâmica territorial está intrinsecamente ligada ao conceito de espaço como lugar de vivências e de circulação de poder. Lemos (2012, p. 142) descreve o espaço da cidade não apenas como um repositório de bens, mas como um “lugar de circulação e de relações entre corpos e coisas, meio a ser gerido com fins de assegurar vida e operacionalizar liberdade com segurança”. Esta gestão da vida e das condutas que se dá no território é o cerne das relações de poder, conforme Michel Foucault, para quem “O exercício do poder consiste em conduzir “condutas” e em ordenar probabilidades” (2009, p. 244). O poder, portanto, é uma ação que se manifesta em rede para modular a vida.

A escola, nesse contexto, configura-se como um exemplar de território. Ela é um espaço de vivência onde se manifesta o ato de territorialização (sua rotina, regras e currículo), é um local de circulação de relações complexas (entre alunos, professores e saberes) e, principalmente, é um campo onde se exerce o poder por meio de mecanismos disciplinares que visam conduzir condutas e ordenar os ritmos dos indivíduos. Sobre isso Cruz assinala:

Recentemente, os avanços na leitura do fenômeno do poder, este entendido como relação e não como posse, e a constatação da existência de uma microfísica do poder, por Michel Foucault (1979), permitiram uma reflexão mais completa sobre a territorialidade humana, apontando para um entendimento de que o poder é imanente às relações sociais. Além da compreensão de que as formas de manifestação do

exercício do poder podem dar-se em múltiplas escalas, envolvendo uma multiplicidade de atores sociais (Cruz, 2011, p. 105).

Ao aplicar essa chave de leitura à realidade escolar, percebemos que o território-escola não é apenas o prédio físico, mas a própria rede de poder imanente. A microfísica do poder se concretiza nos detalhes da vida escolar: na distribuição das carteiras, que ordena corpos no espaço; na campainha, que ritma o tempo e segmenta as condutas; e nas avaliações e normas, que classificam e normalizam os saberes.

O poder, emana das múltiplas escalas e atores sociais — o olhar do professor, a resistência do aluno, a norma da direção. Ele atua de forma capilar, moldando a territorialidade humana ao conduzir as condutas e produzir a subjetividade, confirmando a escola como um espaço privilegiado para a observação da relação indissociável entre território, relações sociais e o exercício disciplinar do poder.

Subjetividade e verdade

Ao refletir sobre a relação humana com as águas, é fundamental pensar nas gerações futuras. Que perspectivas de futuro terão as crianças de hoje se não forem projetadas para elas novas formas de interação com a natureza? Vivemos um conflito contemporâneo: o de usufruir de bens e recursos naturais sem considerar que a natureza não precisa perecer para nos beneficiar. As transformações na Amazônia, por exemplo, impactam diretamente seu habitante.

A sociedade amazônica não pode permanecer inerte, pois está em constante luta, enfrentando embates e controvérsias geradas pelo neoliberalismo e por políticas públicas que, embora tenham uma beleza teórica, mostram-se duras na prática.: “Há provavelmente em toda cultura, em toda civilização, em toda sociedade, certos discursos verdadeiros referentes ao sujeito que, independente de seu valor universal de verdade, funcionam, circulam, tem o peso de verdade e são aceitos como tais.” (Foucault, 2016, p. 13). Em conformidade com o autor, percebemos que as relações sociais acabam tornando estes habitantes objetivados e subjetivados, criando definições sobre as pessoas, e consequentemente exercendo sobre eles um controle.

É importante perceber que esses processos não estão levando em consideração a existência do amazônida, o que se contempla é a produção e a construção de um ser idealizado. Desta forma, ele é inserido em algo que deseja criar para ele novas modelagens, tornando-se um ser subjetivado. Esses ditames sobre a vida das pessoas, requer muito mais do que apenas a

alteração de seus modos de vida. Sobre essas questões Cardoso Jr., pontua. “Temos que a subjetividade segundo Foucault tem a ver com o tempo e com o corpo. E justamente nisso reside seu potencial de polêmica e mesmo de dificuldade de abordagem.” (Cardoso Jr, 2005, p. 345).

Existe um consenso que objetiva e subjetiva esses sujeitos como tendo uma determinada característica, “uma” identidade, que o separa das demais pessoas. No entanto, embora ele seja atravessado e constituído pelas questões das florestas e das águas, essa identidade não é fixa. Ela está em devir. Devir com a floresta e os rios, mas também com aquilo que o currículo das escolas lhe impõe. A escola tenta fazer esse sujeito se “transformar”, para ser mais “culto”, mas os saberes dos ancestrais, de sua comunidade, são relegados a saberes “menores”, que não podem ser ditos e nem repassados na escola, porque determinadas noções de “verdade” ou conhecimento “verdadeiro” reorganizados para serem aceitos na escola.

Ainda segundo Foucault (2016) as manifestações que se transformam em enunciados e que se tornam como verdade, estão presentes em todas as formas de culturas e sociedades e são responsáveis por desencadear mudanças nos arranjos sociais, em seus contextos históricos e sobre como estes acabam por modificar o entendimento sobre sua formação enquanto pessoa. Guattari e Rolnik a esse respeito vão destacar:

Tais mutações da subjetividade não funcionam apenas no registro das ideologias, mas no próprio coração dos indivíduos, em sua maneira de perceber o mundo, de se articular como tecido urbano, com os processos maquínicos do trabalho, com a ordem social suporte dessas forças produtivas. (Guattari; Rolnik, 1996, p. 26)

A intenção é proporcionar à sociedade certa padronização de comportamentos, algumas vezes sutis e outras não de imposição de determinadas regras, apresentando-as como modelos a serem seguidos objetivando sempre grande aprovação, a fim de serem implementados “boas práticas de comportamento”.

Ao nos reconhecermos como sujeitos atravessados por um processo de subjetivação, podemos analisar os efeitos desse processo em nossas vidas e nas dos outros. O pensamento foucaultiano nos impulsiona a resistir a imposições, questionar condutas e compreender seu propósito. As reflexões sobre moral, ética, a relação entre interior e exterior do sujeito, a influência histórica e a ligação entre poder e saber configuram-se como agenciamentos, pois alteram as exigências que fazemos a nós mesmos. Conforme Cardoso Jr. (2005, p. 348), “Mas a subjetividade está contida em um processo ou prática de subjetivação, e por isso não tem um mecanismo fixo; a subjetividade é diferenciação e não identidade.”

Se entendemos a subjetividade como um processo dinâmico que altera os comportamentos sociais, somos levados a questionar as formas de governo que exercemos sobre os outros e sobre nós mesmos, buscando, assim, a compreensão real dessas práticas.

Cuidado de si e heterotopias

No pensamento foucaultiano a matriz da subjetividade está no cuidado de si, cuja problemática busca, dentre muitas coisas, entender a ação do sujeito sobre si e sobre o outro. Seguindo esta linha de pensamento sobre a formação do sujeito e suas finalidades “O princípio do cuidado de si exige uma apropriação diferente do conhecimento. Nas suas relações com o mundo, com os outros e consigo o sujeito precisa privilegiar a modalidade de conhecimento que ajude na modificação de sua maneira de ser.” (Candiotto, 2008, p. 92).

Foucault empreendeu uma análise histórica sobre a antiguidade greco-romana e identificou o cuidado de si não como um ato “egoísta”, mas como um conjunto de práticas que o indivíduo realiza sobre si e que permitiam o sujeito forjar estilos de existências, mais livres, e visando autogoverno. Sob esse viés, é possível conceber a ideia de que muitas práticas que se exercem a favor da produção de determinadas subjetividades buscam executar sujeições identitárias e problematizar como se dá essas ações era também uma inquietação Foucaultiana, que visava entender o protagonismo do sujeito sobre sua própria vida.

Porque o cuidado de si define-se como enfrentamento permanente diante dos acontecimentos e provas existenciais, para os quais é preciso dispor de armas adequadas (*paraskeuê*). Longe de inculcar no sujeito habilidades técnicas ou profissionais, trata-se de prepará-lo de modo a suportar eventuais acidentes, infelicidades e desgraças que lhe possam ocorrer (Candiotto, 2008, p. 92).

O cuidado de si é uma prática de liberdade ativa, que se constitui como resistência aos mecanismos de normalização. Embora seja um trabalho ético do sujeito sobre si mesmo, ele não é um ato de isolamento, pois implica uma reflexão sobre a própria conduta em relação aos outros e ao coletivo. No que concerne a essas técnicas de si, o imperativo é cultivar a inquietação reflexiva e a autocrítica, proporcionando a emergência de intervenções éticas capazes de problematizar e transformar as situações sociais tidas como insolúveis.

Cuidar de si é, fundamentalmente, questionar, autodeterminar-se e oferecer resistência ao que nos sujeita. Trata-se de forjar uma estética da existência, um caminho acessível àqueles

que compreendem que as relações de poder são ubíquas, mas que a liberdade se manifesta na capacidade de resistir. Portanto, pensar em uma sociedade onde as práticas individuais de cuidado de si estejam correlacionadas é uma forma de praticar a liberdade e de constituir um autogoverno que se opõe à sujeição.

Nesse ínterim outro conceito potente que surge com as investigações foucaultianas é de “heterotopias”, o qual nos possibilita pensar o funcionamento das dinâmicas territoriais, suas abrangências, os espaços que têm sido definidos ao longo da história da humanidade, de modo a construir e ressignificar novos saberes e constituição de si.

Mas o que é uma heterotopia? Foucault diferencia heterotopia de utopia, onde para ele a utopia diz respeito a um movimento dentro de um espaço real, estando assim ligada a materialidade, contudo, evoca a ideia de algo que não será alcançado. Sobre as heterotopias, o autor exemplifica:

[...] Museus e bibliotecas são heterotopias nas quais o tempo não cessa de acumular e de se encarapitar no cume de si mesmo, enquanto no século XVII, até o fim do século XVIII ainda, os museus e as bibliotecas eram a expressão de uma escolha individual. Em compensação, a ideia de tudo acumular, a ideia de constituir uma espécie de arquivo geral, a vontade de encerrar em um lugar todos os tempos, todas as épocas, todas as formas, todos os gostos, a ideia de constituir um lugar de todos os tempos, que esteja ele próprio fora do tempo, e inacessível à sua agressão, o projeto de organizar assim uma espécie de acumulação perpétua e infinita do tempo em um lugar que não mudaria, pois bem, tudo isso pertence à nossa modernidade (Foucault, 2009, p. 436).

As heterotopias são assim espaços que de fato existem, as bibliotecas por exemplo, têm a finalidade de organizar fatos ocorridos ao longo do tempo, outras gerenciam entradas e saídas, contudo, elas também ordenam a quebra de regras.

Há, igualmente, e isso provavelmente em qualquer cultura, (...) lugares reais, lugares efetivos, lugares que são delineados na própria instituição da sociedade, e que são espécies de contraposicionamentos, espécies de utopias efetivamente realizadas nas quais (...) todos os outros posicionamentos reais que se podem encontrar no interior da cultura estão ao mesmo tempo representados, contestados e invertidos, espécies de lugares que estão fora de todos os lugares, embora eles sejam efetivamente localizáveis (Foucault, 2009, p. 415).

Concebemos a heterotopia como uma realidade que se manifesta fora do plano imaginário, atuando como um contra-espaço dentro da própria sociedade. Sua capacidade de ser um lugar de resistência, de oposição a normas vigentes e a formas de disciplinarização, é

sua característica central. Foucault (2009, p. 21) observa que “Ocorre que as heterotopias são frequentemente ligadas a recortes singulares do tempo”.

Cada sociedade, segundo o autor, elabora suas próprias heterotopias. A escola, em nossa cultura, é um exemplo emblemático. Sua função se desdobra em diversas finalidades: desde a manutenção da constante social e cultural, que visa moldar e disciplinar sujeitos (seja para a formação moral ou para o mercado de trabalho, o que, por vezes, produz seleção social), até o objetivo de promover a formação integral do indivíduo. Essa multiplicidade de funções e a coexistência de espaços normativos com fissuras de exceção já a caracterizam como heterotópica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O território, que transcende limites geográficos e espaços humanizados, é concebido como uma entidade corporificada e politicamente utilizada. Sua constituição engloba múltiplos espaços e relações simbólicas, produzidas por dispositivos de poder. Nesse sentido, o corpo é o nosso primeiro território, e somos incessantemente atravessados por essas relações espaciais, constituindo a nós mesmos e ao outro enquanto territórios.

Adotando a perspectiva de Michel Foucault, que relaciona o cuidado de si à prática de resistência e à constituição de uma ética ativa, levantamos uma fundamental inquietação: Por que elementos naturais cruciais, como os recursos hídricos que cercam a região do salgado paraense e fazem parte do cotidiano da população, não são inseridos nos currículos educacionais, impedindo a escola de atuar como um componente social cuidador?

A escola, enquanto território-heterotópico, possui espaços e saberes ainda inexplorados que poderiam gerar uma rica construção do conhecimento. As águas regionais, por exemplo, configuram-se como dispositivos educacionais com grande potencial. Ocorre que, historicamente, a definição dos currículos e das mudanças nas vidas das pessoas tem sido determinada de forma verticalizada, sem a consulta de grupos essenciais como pais e mestres – um ato que silencia a comunidade e representa uma forma de sujeição. Portanto, o presente estudo buscou suscitar debate do corpo enquanto território humano para, então, sublinhar a urgência de um currículo educacional que implemente a valorização e o cuidado dos recursos hídricos nas escolas.

Problematizar o território é um ato de resistência que visa justamente internalizar essas questões e gerar um entendimento mais profundo sobre quem somos. Embora o ambiente escolar seja um campo de forças com pouca autonomia para mudanças significativas, esta

análise confirma que possibilitar aberturas para discutir o território e integrar os saberes locais é uma prática de liberdade viável e indispensável para constituir um cuidado de si coletivo e transformar a escola em um espaço mais ativo e cuidador.

REFERÊNCIAS

- BECKER, Bertha Koiffmann. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. **Bol. Mus. Pará. Emílio Goeldi Cienc. Zumbir.**, Belém, v. 1, pág. 17 a 23 de abril de 2010. Disponível em: <https://scielo.iec.gov.br> Acesso em: 14 Set 2024.
- CARDOSO JÚNIOR, Hélio Rebello. Para que serve uma Subjetividade? Foucault, Tempo e Corpo. **Psicologia, Reflexão e Crítica**, 18(3), p. 343-349, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br> Acesso em: 15 nov. 2024.
- CANDIOTTO, Cesar. Subjetividade e Verdade no Último Foucault. **Transformação**, São Paulo, 31(1):87-103, 2008. Disponível em: www.scielo.br Acesso em: 17 Dez 2024.
- CRUZ, Valter do Carmo. **Lutas Sociais, Reconfigurações Identitárias e Estratégias de Reapropriação Social do Território na Amazônia**; Orientador: Prof. Dr. Rogério Haesbaert da Costa, 2011. Tese de Doutorado, Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense-UFF, Niterói, RJ, 2011. Disponível em: <https://www.academia.ed> Acesso em: 27 nov. 2024.
- CARVALHO, Márcia da Silva, SILVA, Maria do Perpétuo Socorro Cardos da. Educação Básica na Amazônia: as águas da diversidade inundando as escolas ribeirinhas. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 28, n. 4, out/Dez, 2020. Disponível em: <https://www.periodicoeletronicos.ufma.br> Acesso em: 10 Dez 2024.
- DELEUZE, G, GUATTARI, F. **Mil Platôs**. Rio de Janeiro, Editora 34, 1995.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro, Graal, 15º ed, 1979.
- FOUCAULT, M. Sobre a Geografia. In: **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro, Graal, 15º ed, 2004.
- FOUCAULT, M. Genealogia e Poder. In: **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro, Graal, 15º ed, 2004.
- FOUCAULT, M. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro, 7º Edição: Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, M. **Outros Espaços**. In: Ditos e Escritos. Vol. III. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- FOUCAULT, M. **Subjetividade e Verdade**. Curso no collège de France. (1980-1981) Editora WMF Martins Fontes Ltda, 2016.
- GALLO, S. Biopolítica e Subjetividade: Resistência. **Revista Educar**. n. 66 Curitiba/ PR. p. 77-94. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br> Acesso em: 18 Set 2024
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GUATTARI, F, ROLNIK, S. **Micropolítica: Cartografias do Desejo**, Petrópolis, Editora Vozes, 1996.
- HAESBAERT, Rogério. BRUCE, Glauco. A Desterritorialização na Obra de Deleuze e Guattari. **GEographia**, v. 4, n. 7, p. 7-22,21, 2002. Disponível em: <https://periodicos.uff.br> Acesso em: 12 Set 2024.
- HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização**. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 2011.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.



LEMOS, Flávia Cristina Silveira. História do Espaço e Governamentalidade em Michel Foucault. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 36, p. 138-148, jun. 2012. Disponível em: <http://pepisc.bvsalud.org> Acesso em: 03 Out 2024.

PIROLI, Edson Luís. **Água e bacias hidrográficas: planejamento, gestão e manejo para enfrentamento das crises hídricas**. São Paulo: Editora UNESP, 2022.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. Editora: Cortez, São Paulo, 2007.